

Governo revê trajetória para a dívida pública

RIBAMAR OLIVEIRA

A mudança para melhor no quadro fiscal do setor público brasileiro, que está sendo registrada desde o fim do ano passado, deverá produzir mais uma boa notícia em 2018. A nova expectativa do Ministério da Fazenda é de que a dívida pública bruta fique em torno de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, informou fonte credenciada do governo.

Para chegar a este percentual, o governo conta com a devolução antecipada de R\$ 130 bilhões dos empréstimos que o BNDES obteve do Tesouro Nacional. "Se o déficit primário de 2018 ficar abaixo da meta (de R\$ 159 bilhões), poderemos ter até nova surpresa", afirmou. Neste cenário, a dívida bruta poderá ser inferior a 75% do PIB - um resultado que ninguém acreditava ser possível até há pouco tempo.

Quando encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de mudança das metas fiscais para 2017, 2018 e 2019, em agosto do ano passado, o governo projetava

que a dívida bruta do setor público ficaria em 75,7% do PIB em 2017 e 78,7% do PIB em 2018.

Expectativa é de que dívida bruta fique em torno de 75% do PIB

Para essas projeções, no entanto, o governo considerava um crescimento da economia de 0,5% em 2017 e de 2% em 2018. A expansão da economia parece ter ficado em 1% no ano passado, de acordo com a última estimativa feita pelo Banco Central. Ou seja, com a economia crescendo mais do que a previsão inicial, a dívida ficou menor em proporção do PIB.

Outra variável que interfere no cálculo é o resultado primário do governo central (Tesouro, Previdência e BC). O déficit primário em 2017 ficou bem abaixo da meta de R\$ 159 bilhões, usada na previsão de agosto. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem, em Davos, que o déficit primário do ano passado ficou abaixo de R\$ 130 bilhões. Alguns analistas

do mercado projetam déficit próximo a R\$ 120 bilhões.

Se isso efetivamente ocorreu, a necessidade de emissão de títulos para cobrir despesas da União no ano passado ficou muito menor do que a projeção inicial, entre R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões, pressionando menos o indicador dívida bruta/PIB.

Em 2018, além da devolução dos R\$ 130 bilhões pelo BNDES ao Tesouro, o que ajudará a controlar a dívida/PIB será o crescimento da economia. O Ministério da Fazenda trabalha com a expectativa de expansão econômica de 3%. Na projeção feita em agosto, a expectativa era de crescimento de 2%.

Recentemente, o Banco Central divulgou uma projeção para a dívida neste ano bastante diferente. Para o BC, com a devolução dos R\$ 130 bilhões pelo BNDES, a dívida bruta ficará em 78% do PIB, ou seja, cerca de 3 pontos percentuais acima da nova expectativa do Ministério da





Fazenda.

A estimativa do BC ainda foi feita com base em um déficit do governo central de R\$ 159 bilhões no ano passado, informaram fontes consultadas pelo Valor. No entanto, essa variável não explica, sozinha, uma diferença tão grande entre as duas projeções.

Teto de gastos

Os dados fiscais oficiais de 2017 só serão divulgados pelo Tesouro no próximo dia 30. Mas as projeções de analistas do mercado indicam que houve uma queda real da despesa total da União no ano passado, na comparação com 2016. A Instituição Fiscal Independente (IFI), por exemplo, estima que o gasto total caiu 0,8%, em termos reais.

O mais importante é que as despesas sujeitas ao teto de gasto, instituído pela emenda constitucional 95, ficaram bem abaixo do limite fixado para 2017. O economista do Ipea Sérgio Gobetti, especialista em finanças públicas, estima que o governo gastou cerca de R\$ 50 bilhões menos que o limite constitucional, que era de R\$ 1.308,6 bilhões. Segundo ele, as despesas sujeitas ao teto teriam ficado em R\$ 1.258,6 bilhões.

Embora não tenha revelado o dado oficial sobre o gasto total da União em 2017, uma fonte da área

econômica informou ao Valor que, de fato, "a despesa ficou muito abaixo do que estava programado na quinta avaliação bimestral (da receita e da despesa da União)", divulgada pelo governo em novembro. Segundo a fonte, "uma parte relevante dessa economia veio de uma queda não planejada das despesas obrigatórias".

Os dados oficiais vão mostrar que o saldo de restos a pagar deixados para 2018 aumentou muito pouco, na comparação com o ano anterior. Isto significa, segundo a fonte, que "a queda da despesa no final do ano foi real e não efeito de atraso de pagamentos".

Não foi apenas a despesa obrigatória que ficou menor do que estava programado. O governo não conseguiu executar todo o descontingenciamento das dotações orçamentárias que autorizou. Em novembro, a área econômica decidiu descontingenciar R\$ 7,5 bilhões e, em dezembro, mais R\$ 5 bilhões. A liberação dos recursos demorou e alguns ministérios terminaram se atrapalhando com a burocracia e não conseguiram gastar, explicou a fonte.

Como a queda da despesa obrigatória no fim do ano foi efetiva, é provável que o governo tenha que rever também o gasto previsto para este ano. Este processo poderá reduzir a necessidade ou até mesmo evitar o contingenciamento das

dotações orçamentárias deste ano. A decisão do governo sobre esta questão deverá ser anunciada no início de fevereiro.

O teto para este ano foi fixado em R\$ 1.348 bilhões, o que representa um aumento de 3% no limite de 2017. O percentual corresponde à inflação de julho de 2016 a junho de 2017, de acordo com critério previsto na emenda 95. É importante observar que a correção de 3% não incide sobre a despesa executada no ano passado, mas sobre o limite de 2017.

Assim, saber quanto a despesa efetiva ficou abaixo do limite constitucional é fundamental para conhecer o espaço que o governo terá neste ano para o seu gasto. Se a despesa ficou mesmo R\$ 50 bilhões abaixo do teto, o governo terá uma margem de cerca de R\$ 89 bilhões (R\$ 1.348 bilhões menos R\$ 1.258,6 bilhões) para aumentar o gasto da União neste ano, na comparação com o ano passado.

A conclusão a que se chega é que cumprir o teto de gasto neste ano ficou muito mais fácil.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Empresários pedem manutenção de reformas

Multinacionais demonstraram a Temer preocupação com resultado das eleições

Jamil Chade
Célia Froufe

Alguns dos maiores investidores do mundo veem as eleições de 2018 no Brasil como um ponto de interrogação e, em Davos, pediram ao governo para que mantivesse sua estratégia econômica. O presidente Michel Temer participou de reuniões bilaterais com executivos de empresas como Shell, Coca-Cola e Cargill e foi questionado sobre o que deve ocorrer depois da eleição presidencial. A resposta para todos foi a mesma: as instituições estão funcionando e, diante dos resultados positivos para a economia, existe um crescente consenso de que não há alternativa à atual política. O presidente da Shell, Bem van Beurden, foi claro. “Fiz (a Temer) um pedido: continue o que estão fazendo no Brasil.”

Na avaliação do executivo, os “maiores desafios” do País ainda são a alta taxa de desemprego e a inflação. “Esperamos muito que haja continuidade da política econômica para a regulação em nossa indústria”, afirmou. “Políticas com bom senso estão

sendo implementadas e vocês verão a resposta do setor privado”, apostou. “Você precisa ter clima positivo para atrair investimentos.” O executivo disse que “felicitou” Temer pela “reviravolta que está ocorrendo”. E indicou que está atento aos futuros leilões no setor de petróleo no País. Francesco Starace, presidente da Enel, empresa do setor de energia, adotou o mesmo tom. “A Enel pediu continuidade e demonstrou interesse no leilão da Eletrobrás, caso as regras sejam mantidas”, contou ao Estado um membro do alto escalão do governo.

Segundo pessoas que estavam na sala de reunião com Temer e Starace, a empresa admitiu que a eleição é um risco a ser considerado. Para o presidente do Conselho de Administração do banco de investimentos Goldman Sachs International, José Manuel Durão Barroso, “seria bom que o Brasil desfizesse algumas ambiguidades, que caminhasse na direção de reforçar a confiança, que é o essencial: fazer ou não fazer reformas. Estar no meio da ponte nunca é muito bom e as reformas, para ser sincero, já deviam até ter sido feitas.”

Barroso acredita que as eleições terão impacto nessa

agenda reformista. “Todos sabemos que em anos de eleições há a tentação de adiar as coisas”, disse. “Se é para fazer, mais vale fazer agora do que estar sempre com dúvidas. Os investidores não gostam de incertezas.” Outro que pede a manutenção da agenda de reformas é o presidente da Coca-Cola, James Quincey. “O que vai ajudar a economia brasileira a crescer é a soma das reformas e muito trabalho”, disse. “As reformas estão ajudando a fazer crescer a economia de novo e já tínhamos muitos anos sem crescimento.” Segundo o executivo, a empresa vai investir “centenas de milhões” no Brasil este ano. Investimentos. Lakshmi Mittal, presidente da produtora de aço ArcelorMittal, disse que a empresa deve colocar US\$ 300 milhões no Brasil por ano, depois de três anos sem investir no mercado brasileiro, de acordo com fontes que acompanharam o encontro com Temer.

Dave MacLennan, presidente da Cargill, também indicou que vai continuar a investir. Mas se juntou ao coro daqueles que pedem reformas. “Sempre que há uma mudança na liderança, pode haver mudança na direção. Queremos previsibilidade e estabilidade política. Não diria que estou preocupado. Mas estabilidade é





sempre bom.” A opinião é a mesma de Carlos Brito, presidente da Ambev: “É importante ter regras claras.” O secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, declarou que as reformas estão “mudando as expectativas sobre o Brasil”. “Mas reformas precisam ter um seguimento, uma implementação. Isso depende de vontade política.”

A internet como portal do livre-comércio

Grandes companhias e instituições, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), consagraram a internet como o portal do livre-comércio e a ferramenta com que empresas menores podem competir em pé de igualdade. O fundador do Alibaba, Jack Ma (E), disse que o comércio eletrônico se impôs, entre outras razões, porque ‘o que preferem as novas gerações é o que triunfa’. Para Roberto Azevêdo (D), diretor da OMC, ‘não se pode trabalhar hoje com parâmetros do século 20’. / EFE

De volta a Davos, Petrobrás destaca substituição da dívida

O presidente Pedro Parente disse que estatal alongou vencimentos e reduziu o custo do endividamento

Rolf Kuntz

A Petrobrás diminuiu de US\$ 48,1 bilhões para US\$ 27,6 bilhões as dívidas com vencimento entre 2018 e 2020, informou o presidente da empresa, Pedro Parente, presente em Davos para acompanhar a reunião do Fórum Econômico Mundial e participar de encontros com dirigentes de grandes grupos petrolíferos. Estavam previstos vencimentos de US\$ 15,2 bilhões neste ano, US\$ 11,3 bilhões em 2019 e US\$ 12,5 bilhões em 2020. Os novos valores são US\$ 5,9 bilhões, US\$ 11,3 bilhões e US\$ 10,4 bilhões – posições indicadas em 30 de setembro. O custo médio das dívidas foi reduzido de 6,2% para 5,9%. No período recente de maiores dificuldades, a Petrobrás

teve acesso reduzido ao mercado financeiro internacional.

O problema foi atenuado, por algum tempo, com empréstimos chineses. Vencida a pior fase da crise, a empresa retornou ao mercado. Crédito mais fácil e mais barato foi usado para substituir os empréstimos obtidos em piores condições. Com isso foi possível diminuir o custo e, ao mesmo tempo, alongar o perfil da dívida. A presença da Petrobrás em Davos, tradição mantida por muitos anos, foi abandonada no período de maiores dificuldades. O retorno de apenas um participante – no caso, o presidente – custou US\$ 100 mil. A reunião do Fórum Econômico Mundial proporciona uma oportunidade especial de encontro, com discussões e troca de informações importantes, para executivos das maiores companhias do setor.

Temer se distancia de ‘atalho populista’

Falando a investidores em Davos, presidente citou guinada econômica em seu governo e chegou a prever vitória da racionalidade nas eleições

Rolf Kuntz

Não há espaço para retorno, a pauta de reformas será mantida e ninguém deve rezear o resultado das eleições, disse o presidente Michel Temer numa sessão plenária do Fórum Econômico Mundial. Num discurso dirigido principalmente a empresários e investidores, ele insistiu em contrastar seu governo com o modelo populista do período anterior. O eleitorado, chegou a prognosticar, votará neste ano a favor da racionalidade. O binômio populismo e nacionalismo é tema importante em Davos, neste ano, mas associado basicamente às políticas do presidente americano Donald Trump, ao abandono da União Europeia pelo Reino Unido e ao fortalecimento da direita em algumas áreas da Europa. A economia global voltou a crescer, mas a democracia está em recessão, têm observado analistas. O discurso de Temer encaixou-se nessa moldura.

Pode ter sido de forma deliberada ou por acaso, mas ele bateu nos contrastes entre racionalidade e populismo, legalidade e autoritarismo,

abertura comercial e protecionismo, cooperação e nacionalismo. O presidente descreveu o Brasil de hoje como um país em busca de acordos de comércio. Citou a expectativa de um pacto, em breve, com a União Europeia. Falou do interesse em negociar com novos parceiros. Mencionou o retorno do Mercosul ao objetivo inicial de integração nos mercados globais. Reafirmou o compromisso com as metas ambientais do Acordo de Paris. Algumas das afirmações, como a referência à vocação do Mercosul, são negações do petismo. Outras, como a recusa do protecionismo e o apoio às metas internacionais de preservação ambiental, contrastam com as políticas de Trump, previsto para se apresentar amanhã.

Temer organizou o discurso, em português, com base em cinco palavras: responsabilidade, diálogo, eficiência, racionalidade e abertura. Cada uma foi usada para denotar aspectos da política de seu governo. A noção de responsabilidade, por exemplo, foi invocada para descrever a rejeição de “atalhos populistas”. A palavra diálogo foi escolhida para descrever o esforço de união e a busca de entendimento entre Executivo e Congresso. Não houve referência ao custo desse entendimento nem aos benefícios concedidos, em dinheiro ou de

outra forma, em troca de votos a favor de objetivos do governo. Nada foi dito, nem perguntado, sobre o interesse do PTB na escolha da deputada Cristiane Brasil para o Ministério do Trabalho.

Eficiência foi vinculada à busca de produtividade e a reformas como a trabalhista. Racionalidade foi exemplificada com a mudança de critérios de privatizações e a nova lei sobre administração das estatais (com rememoração, novamente, dos padrões populistas). A abertura, especialmente comercial, completou o conjunto. O balanço foi completado com referências à nova etapa de crescimento, depois da longa recessão (lembrada como herança do populismo irresponsável), à inflação reduzida de mais de 10% para menos de 3% ao ano e aos avanços na pauta de ajustes e reformas. Terminado o discurso, o presidente Michel Temer só teve de responder a poucas e suaves perguntas do fundador e dirigente do fórum, Klaus Schwab. Aproveitou a ocasião para se dirigir aos investidores apresentando a segurança jurídica como fator de tranquilidade para quem aplica dinheiro no Brasil. A próxima reunião do fórum na América Latina será no Brasil, em março. No ano passado, foi na Argentina.

Presidente atrai pouco público ao discursar em Davos

Com aplausos mornos e em uma sala bem longe de estar lotada, Davos recebeu ontem o presidente Michel Temer (PMDB) com forte presença de brasileiros no evento. No início de seu discurso, a plateia era só de um terço da capacidade do local. Aos poucos, foi enchendo até chegar praticamente à metade da capacidade. Temer reforçou ter sentido “muita atenção” dos presentes durante o seu discurso. “Senti que o Brasil de volta agrada aos investidores”, afirmou. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, avaliou que o discurso do presidente foi bem recebido pela plateia e por outras pessoas que acompanharam a distância.

Meirelles atribuiu o

esvaziamento do auditório à prática de eventos simultâneos que ocorrem durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos. “Isso é normal. O discurso do presidente foi muito bem recebido. O retorno que tive da plateia foi positivo e de outros que ouviram a transmissão também”, disse ele, comentando que teve retorno de diferentes fontes, como autoridades, empresários e executivos. Para o ministro da Fazenda, Michel Temer apresentou uma direção muito clara sobre o novo caminho econômico que o Brasil está percorrendo. “Como havia muitas transmissões ao mesmo tempo, isso pode explicar a sala não completamente cheia”, reiterou. / CÉLIA FROUFE E JAMIL CHADE

Déficit primário deve ficar perto de R\$ 130 bi

Projeção do ministro da Fazenda fica perto da meta de R\$ 129 bilhões fixada inicialmente pelo governo, que depois foi elevada para R\$ 159 bi

Rolf Kuntz
Célia Froufe

central deve apontar um déficit primário em torno de R\$ 130 bilhões em 2017, informou ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Se a estimativa se confirmar, o resultado será muito próximo da meta fixada inicialmente para o Orçamento do ano passado, um buraco de R\$ 129 bilhões. Essa meta foi reajustada, pouco depois, para R\$ 159 bilhões. O número oficial deve ser divulgado até o fim do mês. O saldo primário das contas públicas é calculado sem a despesa de juros. Para 2019, o limite fixado ainda é R\$ 159 bilhões, o mesmo em vigor, oficialmente, para 2017. O ministro fez a projeção depois de entrevista a um grupo de jornalistas em Davos, onde Meirelles participa do Fórum Econômico Social.

Pela manhã, durante discurso no mesmo evento, o presidente da República, Michel Temer, havia dito que o déficit fiscal primário em 2017 ficou bem abaixo da meta e das expectativas. Meirelles

manifestou otimismo em relação à execução orçamentária, principalmente porque a arrecadação de tributos tende a crescer pouco mais que o Produto Interno Bruto (PIB). Ele continua apostando num crescimento econômico de cerca de 3% neste ano. O do ano passado deve ter ficado, segundo a estimativa mais corrente, em cerca de 1,1%. Ainda na entrevista, Meirelles salientou que o momento é “muito positivo” para o Brasil, que atravessou a maior recessão de sua história.

“A economia brasileira está tendo boa performance e isso é resultado de uma série de reformas”, disse. Ele repetiu esperar que a da Previdência seja aprovada em fevereiro pelo Congresso Nacional. “Felizmente, a evolução mostra que as reformas estão sendo conduzidas e implementadas, estão indo bem.” Eletrobrás. Meirelles considerou também viável a votação no Congresso da privatização da Eletrobras até junho, data-limite da assembleia da companhia sobre o tema. “Prevemos a votação da Previdência em fevereiro e, depois disso, ainda temos muitos meses de trabalho antes da eleição. Há tempo suficiente para isso ser votado e discutido e é um projeto importante.”

CONJUNTURA »**Governo prepara corte de até R\$ 25 bilhões**

Valor das despesas do Orçamento de 2018 que devem ser bloqueadas está sendo avaliado pela equipe econômica e pode ser definido até o fim do mês. Executivo vai tentar derrubar liminar que impediu adiamento do reajuste salarial dos servidores

» ROSANA HESSEL

A economia está se recuperando lentamente, mas o quadro fiscal continua preocupante, principalmente em um ano eleitoral, período em que, historicamente, os gastos públicos crescem. Técnicos da equipe econômica estão debruçados sobre números para fechar o decreto de programação orçamentária, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União no próximo dia 30. Como o adiamento do reajuste salarial dos servidores foi suspenso no fim de dezembro pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), e há pouca margem de manobra para um recurso, o contingenciamento de gastos orçamentários será inevitável, avisam especialistas.

O valor do corte não está fechado, mas fontes do governo apostam que deverá ficar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões. A Instituição Fiscal Independente (IFI), em outubro, avaliou que o governo deverá aplicar um bloqueio “da ordem de R\$ 25 bilhões” para

cumprir a meta, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de limitar o deficit nas contas do governo federal a R\$ 159 bilhões.

Em entrevista à TV NBR na terça-feira, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que os números “indicam, com certeza, que haverá algum nível de contingenciamento”. No fim do ano passado, ele reconheceu que o impacto fiscal com a frustração de medidas que não avançaram no Congresso, como a reoneração da folha salarial e o adiamento do reajuste dos servidores, é de R\$ 21,4 bilhões. Apenas a postergação do reajuste do funcionalismo e a ampliação da alíquota da contribuição previdenciária dos servidores correspondem a R\$ 6,6 bilhões daquele montante.

Recurso

O plenário do STF retoma os trabalhos na próxima quarta-feira, mas o adiamento do reajuste dos servidores ainda não entrou na pauta, o que preocupa o governo. A Advocacia-Geral da União (AGU) vai aguardar que Lewandowski apresente seu voto ao plenário para entrar com recurso, cujos termos ainda estão sendo elaborados. Não há consenso sobre se o aumento salarial, depois de concedido, pode ser revertido. Na avaliação de integrantes do Executivo, ainda será possível postergar o reajuste mesmo

se houver pagamento a partir de fevereiro. Entretanto, não se poderá exigir dos servidores que devolvam o dinheiro recebido a mais no contracheque, avisa uma fonte do Judiciário.

Mesmo com esses problemas jurídicos, especialistas avisam que o risco de não cumprimento da meta fiscal é o menor dos problemas. “Ao contrário do ano passado, quando o governo precisou ampliar a arrecadação com receitas extraordinárias, porque a economia cresceu pouco, neste ano, o aumento das despesas será um desafio muito maior. O governo precisará contê-las para não comprometer o teto de gastos”, avaliou o economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Rosa.

Leonardo Rolim, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, destaca que as despesas com a Previdência serão um dos maiores problemas para o Orçamento de 2019, porque têm um crescimento vegetativo anual em torno de 3,5%, acima do teto de aumento dos gastos deste ano, de 3%. “E esse aumento não considera reajuste real do salário mínimo, que impacta aproximadamente 45% dos benefícios previdenciários. Portanto, o efeito no ano que vem será maior ainda, porque voltaremos a incorporar o crescimento do PIB no cálculo do próximo reajuste”, afirmou.





Divergências

Um novo adiamento da reforma da Previdência já está nas apostas do mercado financeiro, que não vê isso como um grande problema em 2018, de acordo com Newton Rosa. Ele lembrou que, apesar de a votação do projeto na Câmara estar prevista para 19 de fevereiro, o aumento das divergências entre governo e base aliada alimenta a expectativa de que a reforma não avançará neste ano.

Vale lembrar que, em entrevista ao Correio, publicada no último dia 14, o secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, afirmou que, sem a reforma, o crescimento da economia em 2018 poderá ser bem menor do que os 3% previstos no Orçamento, recuando para 1,7%. Isso implicará receita menor de tributos.

Outro grave risco nas contas públicas é a possibilidade de

descumprimento da regra de ouro, que proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios previdenciários. Desrespeitar a regra é crime de responsabilidade fiscal, delito que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff. O governo afirmou que, após a votação da reforma da Previdência, pretende incluir na pauta do Legislativo a criação de um mecanismo que flexibilize a norma.

“Mexer na regra de ouro é uma sinalização muito ruim. Em vez de corrigir a febre, que é o desequilíbrio das contas públicas, o governo quer quebrar o termômetro”, criticou a economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “O quadro fiscal está muito ruim e tende a piorar a partir de 2019 se o próximo presidente não estiver comprometido com a continuidade das reformas, acrescentou Rosa. “Elas não podem deixar de ser realizadas no ano que vem.”

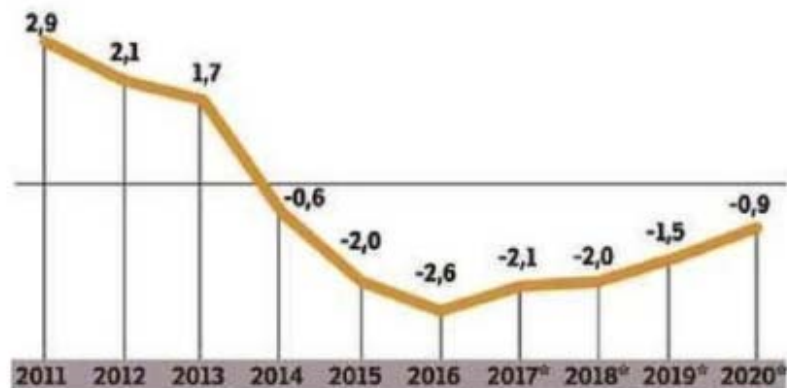




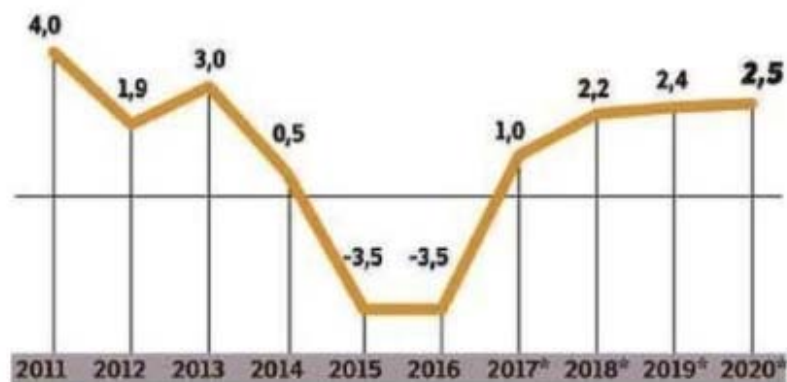
Calo fiscal

O rebaixamento do Brasil devido, principalmente, ao desequilíbrio das contas, acenderam o sinal de alerta no governo sobre gastos acima da arrecadação

RESULTADO PRIMÁRIO (em % do PIB)



PIB (em %)



^hprevisão S&P

QUEBRA-CABEÇA

Sem a aprovação pelo Congresso de medidas de ajuste fiscal é possível que o governo anuncie novo contingenciamento este mês

Medida	O que propõe	Impacto fiscal (em R\$ bilhões)
MP 806/2017	Institui IR sobre os fundos de investimento privados	6,0
PL 8.456/2017	Redução da Cofins	-2,5
	Reogeração da Folha de pagamentos	8,3
MP 805/2017	Aumento da alíquota previdenciária do funcionalismo de 11% para 14%	2,2
	Adiamento dos reajustes dos servidores civis	4,4
	Impacto total	R\$ 21,4 bilhões
	Elevação de receita	R\$ 14 bilhões
	Redução de despesa	R\$ 7,4 bilhões

Fontes: S&P e Tesouro Nacional